ReGeo ISSN: 2177-3246

PANORAMA SOCIODEMOGRÁFICO DA JUVENTUDE NEM NEM NO NORDESTE BRASILEIRO

SOCIODEMOGRAPHIC OVERVIEW OF YOUNG PEOPLE NOT IN EMPLOYMENT OR EDUCATION IN NORTHEASTERN BRAZIL

PANORAMA SOCIODEMOGRÁFICO DE LA JUVENTUD QUE NI ESTUDIA NI TRABAJA EN EL NORDESTE DE BRASIL

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-191

Data de submissão: 28/08/2026 **Data de publicação:** 28/09/2026

Licia Maria Souza dos Santos
Doutora em Ciências Sociais
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: lmssantos@uefs.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6613950071356042

Luis André de Aguiar Alves
Mestre em Economia
Instituição: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
E-mail: la3alves96@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8011328350201673

Camila de Freitas Santos da Silva
Graduanda em Psicologia
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: contatocamilafreitas@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7318304228907208

Letícia de Jesus Silva Lessa
Graduanda em Pedagogia
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: leticialessa2001@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6509295028131456

Aloisio Machado da Silva Filho
Doutor em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: aloisioestatistico@uefs.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0550981915615186

RESUMO
Este artigo analisa o perfil sociodemográfico de jovens de 15 a 29 anos na condição nem-nem nos estados do Nordeste brasileiro, considerando gênero/sexo, raça/cor pele, renda domiciliar per capita e evolução temporal. Utilizaram-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes ao período de 2012 a 2021, organizados em planilhas eletrônicas e analisados no ambiente R. A análise descritiva incluiu frequências absolutas e relativas, medidas de posição e dispersão e

variação percentual entre 2012 e 2021. As tendências anuais foram avaliadas pela variação percentual anual (VPA), estimada por regressão linear simples com correção de Prais-Winsten e intervalo de confiança de 95%. A comparação entre os anos extremos mostrou aumento da proporção de jovens nem-nem em sete dos nove estados, com destaque para Paraíba (28,5%) e Maranhão (19,7%). As mulheres predominaram em todos os estados nos dois anos analisados, embora sua participação tenha diminuído na maioria deles, paralelamente ao aumento da participação masculina. As pessoas pardas constituíram a maior parcela do grupo, seguidas, em geral, por brancas e pretas; essas proporções descrevem sua composição racial e não estimam riscos específicos por raça/cor. A renda domiciliar per capita das pessoas nem-nem, relativa ao salário mínimo, diminuiu em sete estados, aumentou no Rio Grande do Norte e permaneceu praticamente estável na Paraíba. A tendência da proporção de jovens nem-nem foi crescente e estatisticamente significativa em Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba e Piauí, com destaque para a Paraíba (VPA = 3,0%; p = 0,003); nos demais estados, não houve tendência linear estatisticamente significativa. Conclui-se que a condição nem-nem apresenta heterogeneidade territorial no Nordeste e deve ser interpretada à luz das desigualdades estruturais de gênero/sexo, raça/cor, classe e território, sem ser reduzida a escolhas individuais.

Palavras-chave: Juventude. Jovens Nem Nem. Nordeste. Interseccionalidade. PNAD.

ABSTRACT
This article examines the sociodemographic profile of young people aged 15–29 who are not in employment, education, or training (NEET) across the states of Northeast Brazil, considering gender/sex, race/skin color, per capita household income, and changes over time. Data from the National Household Sample Survey (PNAD) covering 2012–2021 were organized in spreadsheets and analyzed using R. Descriptive analyses included absolute and relative frequencies, measures of central tendency and dispersion, and percentage changes between 2012 and 2021. Annual trends were assessed using the annual percentage change (APC), estimated through simple linear regression with Prais–Winsten correction and 95% confidence intervals. Comparison between the first and last years showed an increase in the proportion of NEET youth in seven of the nine states, particularly Paraíba (28.5%) and Maranhão (19.7%). Women predominated in all states in both years, although their share decreased in most states alongside an increase in the male share. Individuals self-identifying as Brown (pardo) constituted the largest share of the group, generally followed by White and Black individuals; these proportions describe the group's racial composition and do not estimate race-specific risks. Per capita household income among NEET individuals, expressed relative to the minimum wage, decreased in seven states, increased in Rio Grande do Norte, and remained virtually unchanged in Paraíba. The proportion of NEET youth exhibited a statistically significant upward trend in Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, and Piauí, particularly in Paraíba (APC = 3.0%; p = 0.003); no statistically significant linear trend was observed in the remaining states. These findings indicate that NEET status varies across Northeast Brazil and should be interpreted in light of structural inequalities related to gender/sex, race/skin color, class, and territory, rather than being reduced to individual choices.

Keywords: Youth. NEET Youth. Northeast Brazil. Intersectionality. PNAD.

RESUMEN
Este artículo analiza el perfil sociodemográfico de jóvenes de 15 a 29 años en la condición ni-ni en los estados del Nordeste brasileño, considerando género/sexo, raza/color de piel, renta domiciliar per cápita y evolución temporal. Se utilizaron datos de la Encuesta Nacional por Muestra de Domicilios (PNAD) referentes al período de 2012 a 2021, organizados en hojas de cálculo y analizados en el ambiente R. El análisis descriptivo incluyó frecuencias absolutas y relativas, medidas de posición y dispersión y variación porcentual entre 2012 y 2021. Las tendencias anuales fueron evaluadas por la

variación porcentual anual (VPA), estimada por regresión lineal simple con corrección de Prais-Winsten e intervalo de confianza del 95%. La comparación entre los años extremos mostró aumento de la proporción de jóvenes ni-ni en siete de los nueve estados, con destaque para Paraíba (28,5%) y Maranhão (19,7%). Las mujeres predominaron en todos los estados en los dos años analizados, aunque su participación haya disminuido en la mayoría de ellos, paralelamente al aumento de la participación masculina. Las personas pardas constituyeron la mayor parcela del grupo, seguidas, en general, por blancas y negras; estas proporciones describen su composición racial y no estiman riesgos específicos por raza/color. La renta domiciliar per cápita de las personas ni-ni, relativa al salario mínimo, disminuyó en siete estados, aumentó en Río Grande del Norte y permaneció prácticamente estable en Paraíba. La tendencia de la proporción de jóvenes ni-ni fue creciente y estadísticamente significativa en Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba y Piauí, con destaque para Paraíba (VPA = 3,0%; p = 0,003); en los demás estados, no hubo tendencia lineal estadísticamente significativa. Se concluye que la condición ni-ni presenta heterogeneidad territorial en el Nordeste y debe ser interpretada a la luz de las desigualdades estructurales de género/sexo, raza/color, clase y territorio, sin ser reducida a elecciones individuales.

Palabras clave: Juventud. Jóvenes Ni Ni. Nordeste. Interseccionalidad. PNAD.

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2000 iniciamos na América Latina e no Brasil, um debate público sobre o jovem "*Nem Nem*'', aqueles que não estudam e não trabalham. O Instituto Brasileiro o de Geografia e Estatística, IBGE começa a produzir dados e várias pesquisas são realizadas, influenciando a formulação de políticas públicas para juventude e esse que de início se apresenta como um problema social pode se transformar em um problema sociológico e passamos então a qualificar o discurso, a procurar entender quem é esse jovem *Nem Nem*, como e por que numa fase de transição, que é a juventude, esses sujeitos se encontram afastados do sistema educacional e do mercado de trabalho.

A condição nem-nem não constitui uma experiência única ou necessariamente permanente. Estudos longitudinais distinguem trajetórias precoces, tardias, transitórias e persistentes, associadas de modo diferente à renda familiar, à escolaridade, à saúde mental e a eventos adversos ao longo da vida (Veldman, Van Zon e Bültmann, 2024). Além disso, a passagem por essa condição pode produzir desvantagens posteriores no emprego, embora seus efeitos variem conforme gênero e contexto social (Ralston *et al.*, 2022).

No Brasil, a delimitação da juventude entre 15 e 29 anos permite observar que a desvinculação do estudo e do trabalho se distribui de maneira desigual entre grupos sociais e territórios. Dados nacionais anteriormente analisados indicaram maior presença do fenômeno nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste e entre famílias de menor renda, enquanto estudos sobre as decisões entre estudar e trabalhar destacaram a influência da escolaridade familiar, da renda, do meio rural, do casamento, da maternidade e das responsabilidades domésticas (Vasconcelos *et al.*, 2017; Tillmann e Comim, 2016).

Diante desse quadro, o presente artigo analisa o perfil sociodemográfico de jovens na condição nem-nem nos estados do Nordeste brasileiro entre 2012 e 2021. A investigação articula a evolução temporal das proporções aos marcadores de gênero/sexo, raça/cor e renda domiciliar per capita, buscando identificar diferenças territoriais sem atribuí-las exclusivamente a escolhas individuais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A juventude não constitui uma etapa homogênea, mas uma construção social situada em contextos históricos, econômicos e políticos específicos. As transições para a vida adulta são condicionadas pelas oportunidades educacionais e ocupacionais disponíveis, bem como pelos recursos familiares e territoriais que sustentam a passagem da escola para o trabalho (Corrochano, 2008; Bynner e Parsons, 2002).

A interseccionalidade oferece uma perspectiva adequada para examinar esse processo, porque considera que raça, classe, sexo e/ou gênero, território e faixa etária não operam isoladamente. Essas

dimensões se relacionam e moldam de forma conjunta as experiências e oportunidades dos indivíduos, permitindo compreender por que jovens formalmente classificados na mesma condição podem enfrentar vulnerabilidades distintas (Collins e Bilge, 2020).

A própria categoria nem-nem reúne situações heterogêneas, como desemprego, desalento, cuidado não remunerado, adoecimento, interrupção dos estudos e dificuldades de transição para o primeiro emprego. Gutiérrez-García *et al.* (2018) advertiram que uma classificação única pode ocultar motivações e necessidades diferentes. Veldman, Van Zon e Bültmann (2024) também identificaram padrões temporais distintos, enquanto Ralston *et al.* (2022) mostraram que a passagem pela condição pode permanecer associada a desvantagens ocupacionais no longo prazo.

As desigualdades de gênero ocupam posição central na discussão, estudos de Hirata(1998), Bruschini(2006), Melo e Castilho(2009) ressaltam que as mulheres participam da população não economicamente ativa, mas na realidade estão exercendo um trabalho importante para a reprodução social que é o trabalho doméstico, o qual atende a necessidade de provisão de cuidados indispensáveis aos membros da família para garantir a satisfação de necessidades básicas de alimentação, cuidados com o corpo, descanso, ou seja, a reprodução da força de trabalho, e condições de existência de seus membros.

A dimensão territorial também é relevante e no Brasil a desigualdade regional entre o Norte-Nordeste e o restante do país tem um impacto direto na trajetória de educação e trabalho dos jovens, estas regiões são historicamente marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas (Alves, Pedro, Reis,2025). Em perspectiva comparada, políticas de educação, qualificação, ativação do mercado de trabalho e proteção social precisam combinar prevenção, reinserção e coordenação territorial, pois respostas concentradas apenas na responsabilidade individual tendem a desconsiderar barreiras estruturais (Carcillo *et al.*, 2015; Hutchinson, Beck e Hooley, 2016).

No contexto brasileiro, Vasconcelos *et al.* (2017) encontraram associação entre o Programa Bolsa Família e a redução da probabilidade de jovens de 18 a 29 anos pertencerem à geração nem-nem, com efeitos relacionados tanto à permanência nos estudos quanto à participação no trabalho. O resultado reforça que renda, proteção social e acesso a serviços públicos integram a estrutura de oportunidades que condiciona as trajetórias juvenis.

Embora a literatura examinada apresente evidências consistentes sobre gênero, renda, família e território, a desagregação conjunta por raça/cor permanece menos desenvolvida. Assim, a análise racial deste artigo possui caráter descritivo e busca explicitar a composição do grupo nem-nem no Nordeste, sem interpretar a maior participação de determinada categoria racial como medida direta de risco individual.

3 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo ecológico de série temporal, com abordagem quantitativa, para analisar as proporções anuais de jovens de 15 a 29 anos na condição *Nem Nem* nos estados da região Nordeste entre 2012 e 2021. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados no ambiente R, com uso dos pacotes CAR (Fox e Weisberg, 2011), *R-Commander* (Fox, 2005) e funções nativas. A análise descritiva compreendeu distribuição de frequências absoluta e relativa (%), média, mediana, desvio-padrão e coeficiente de variação de variação (Desvio/Média), além de representações gráficas e tabulares.

Para a análise temporal do fenômeno, a variável "nem-nem" foi operacionalizada com base nos critérios da semana de referência da pesquisa, abrangendo os indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos que declararam não possuir ocupação nem frequentar instituição de ensino. Os dados empíricos foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2012 e 2021, recortados para os estados da região Nordeste. Como indicador econômico complementar, empregou-se a razão entre a renda domiciliar per capita das pessoas caracterizadas como Nem Nem e o salário mínimo vigente em cada período analisado, de modo a permitir a comparabilidade temporal entre os anos.

Para a modelagem da tendência em função do tempo, foram consideradas as observações anuais de todo o intervalo de 2012 a 2021. Os anos de 2012 e 2021 foram utilizados como extremos apenas nas comparações descritivas e no cálculo da variação percentual (2021/2012).

A tendência temporal foi estimada por regressão linear simples com a correção proposta por Prais-Winsten, que corrige a autocorrelação serial de primeira ordem dos resíduos, com intervalo de confiança de 95% (Prais e Winsten, 1954; Antunes e Cardoso, 2015). O procedimento segue a aplicação no ambiente R descrita por Sousa, Silva e Silva Filho (2024). Embora estimadores robustos HAC/Newey-West também sejam empregados no tratamento da heterocedasticidade e da autocorrelação em séries temporais (Jesus *et al.*, 2025), neste estudo foi mantida exclusivamente a correção de Prais-Winsten. Para estimar a Variação percentual anual (VPA), a proporção anual foi transformada em logaritmo de base 10 e ajustada em função do ano, conforme o modelo:

$$\log_{10}(Yt) = \beta_0 + \beta_1 t + \varepsilon t \quad (1)$$

$$VPA = (10^{\beta_1} - 1) \times 100 \quad (2)$$

em que Y_t representa a proporção observada no ano t, β_0 é o intercepto, β_1 é o coeficiente angular (taxa de variação em função do tempo ou tendência) e ε_t é o erro aleatório (Equação 1). A VPA foi calculada a partir de β_1 pela transformação indicada na equação (Equação 2), aplicando-se a mesma

transformação aos limites inferior e superior do intervalo de confiança do coeficiente. A série foi classificada como crescente quando VPA > 0 e p-valor < 0,05; decrescente quando VPA < 0 e p-valor < 0,05; e sem tendência linear estatisticamente significativa quando p-valor > 0,05, independentemente do sinal da estimativa pontual (Antunes e Cardoso, 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A **tabela 1** demonstra a proporção de jovens na condição *Nem Nem*, nos respectivos anos e estados de 2012 e 2021, seguidos da variação percentual com base na Pesquisa por Amostra de Domicílios, PNAD.

Tabela 1. Condição do jovem Nem Nem por região Nordeste, dados gerais, 2012 e 2021.

ESTADO	2012 (%)	2021 (%)	VARIAÇÃO (%) (2021/2012)
AL	23,3	24,6	5,6
BA	16,9	17,5	3,5
CE	22,2	23,5	5,8
MA	22,8	27,3	19,7
PB	20,2	26,0	28,5
PE	20,8	20,8	-0,2
PI	19,8	19,1	-3,9
RN	20,7	21,1	1,9
SE	16,8	17,2	2,5

1 - Para cálculo de variação percentual o ano base foi 2012. 2 - A tabela demonstra a porcentagem de jovens em condição Nem Nem nos anos de 2012 e 2021, respectivamente, seguidos da variação percentual. 3 – Foram utilizadas siglas para se referir aos estados da região Nordeste: (AL) Alagoas, (BA) Bahia, (CE) Ceará, (MA) Maranhão, (PB) Paraíba, (PE) Pernambuco, (PI) Piauí, (RN) Rio Grande do Norte e (SE) Sergipe.
Fonte: PNAD. Dados processados pelos autores.

A comparação entre 2012 e 2021 mostrou variação percentual positiva em sete dos nove estados. O estado da Paraíba passou de 20,2% para 26,0%, correspondendo a aumento de 28,5% em 2021 em relação ao ano de 2012. Entre os estados com variação percentual positiva, o Rio Grande do Norte apresentou menor variação, de 1,9% (20,7% em 2012 e 21,1% em 2021). Assim, a variação percentual da Paraíba foi aproximadamente quinze vezes a observada no Rio Grande do Norte (Tabela 1).

O Maranhão apresentou o segundo maior aumento acumulado, passando de 22,8% em 2012 para 27,3% em 2021 (19,7%). Em seguida, observaram-se variações de 5,8% no Ceará, de 5,6% em Alagoas e de 3,5% na Bahia, cujas proporções passaram de 16,9% em 2012 para 17,5% em 2021 (Tabela 1).

A **tabela 2** demonstra as diferenças entre a proporção de gênero/sexo dos jovens na condição *Nem Nem,* na região Nordeste.

Tabela 2. Proporção de jovens Nem Nem nos estados do Nordeste, por gênero/sexo no ano de 2012 e 2021.

ESTADO	2012		2021		VARIAÇÃO (%)	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
AL	24,2	75,8	28,2	71,8	16,7	-5,3
BA	23,4	76,6	28,2	71,8	20,7	-6,3
CE	29,1	70,09	33,0	67,0	13,5	-5,5
MA	25,5	74,5	35,2	64,8	37,8	-12,9
PB	24,6	75,4	35,8	64,2	45,7	-14,9
PE	28,4	71,6	32,3	67,7	13,8	-5,5
PI	29,5	70,5	28,7	71,3	-2,7	1,1
RN	25,2	74,8	30,5	69,5	21,1	-7,1
SE	23,3	76,7	31,3	68,7	34,4	-10,4

1 - Para o cálculo da variação o ano base foi 2012. 2 - No processo de construção da tabela, foi utilizado siglas para se referir aos estados da região Nordeste: (AL) Alagoas, (BA) Bahia, (CE) Ceará, (MA) Maranhão, (PB) Paraíba, (PE) Pernambuco, (PI) Piauí, (RN) Rio Grande do Norte e (SE) Sergipe.
Fonte: PNAD. Dados processados pelos autores.

Em 2012, as mulheres representaram a maioria dos jovens na condição nem-nem em todos os estados. As maiores participações femininas ocorreram em Sergipe (76,7%), Bahia (76,6%) e Alagoas (75,8%). Entre os homens, as maiores participações foram registradas no Piauí (29,5%), Ceará (29,1%) e Pernambuco (28,4%) (Tabela 2).

Em 2021, a participação feminina permaneceu majoritária, variando de 64,2% na Paraíba a 71,8% na Bahia e em Alagoas. Entre os homens, os maiores percentuais foram observados na Paraíba (35,8%), no Maranhão (35,2%) e no Ceará (33,0%). A Tabela 2 descreve a composição do conjunto de jovens nem-nem por gênero/sexo; portanto, seus percentuais não correspondem ao risco específico de mulheres ou homens se encontrarem nessa condição.

A predominância feminina observada converge com estudos que destacam a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga de atividades domésticas e de cuidado, a diferença por sexo na população economicamente ativa é indicadora de questões de gênero na composição dos jovens situados na faixa *nem nem* e neste ponto é preciso considerar que as mulheres podem aparecer como inativas, mas realizam outros trabalhos para reprodução social no ambiente doméstico, o que se explica pela transversalidade de gênero, e a invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado. Como ressaltam os estudos de Hirata(1998), Bruschini(2006), Melo e Castilho(2009) . Em âmbito internacional, Susanli (2016), Zudina (2017) e Kang e Youn (2024) também encontraram maior vulnerabilidade

feminina associada ao casamento, aos filhos e às desigualdades de emprego. Essas comparações sustentam uma interpretação estrutural, mas não permitem atribuir causalidade aos resultados descritivos da Tabela 2.

A Tabela 3 apresenta a renda domiciliar *per capita* das pessoas que são nem nem em relação ao salário mínimo nos anos de 2012 e 2021.

Tabela 3. Peso da renda per capita domiciliar das pessoas que são nem nem em relação ao salário mínimo vigente para cada ano.

ESTADO	ANO		VARIAÇÃO (%)
	2012	2021	
AL	45,8	40,8	-10,9
BA	57,6	48,0	-16,7
CE	45,0	42,1	-6,3
MA	42,4	32,8	-22,6
PB	49,5	49,4	-0,1
PE	56,7	34,8	-38,7
PI	54,5	39,1	-28,2
RN	50,8	55,8	9,8
SE	53,1	37,3	-29,7

1 - Para o cálculo da Variação o ano base foi 2012. 2 - O peso do rendimento foi em função do salário mínimo da época. 3 - Foram utilizadas siglas para se referir aos estados da região Nordeste: (AL) Alagoas, (BA) Bahia, (CE) Ceará, (MA) Maranhão, (PB) Paraíba, (PE) Pernambuco, (PI) Piauí, (RN) Rio Grande do Norte e (SE) Sergipe.
Fonte: PNAD. Dados processados pelos autores.

A partir da análise da tabela de renda *per capita* domiciliar das pessoas são nem nem em relação ao salário mínimo do início e final da série temporal. Nota-se que, no ano de 2012, o estado da Bahia apresentava a maior renda *per capita* domiciliar com (57,6%). Em 2021, o Rio Grande do Norte assumiu a liderança com (55,8%), embora a Bahia tenha permanecido entre os três estados com os maiores índices nesse cenário (Tabela 3). Considerando como premissa, que o salário mínimo era de R$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) em 2012 e passou para R$ 1.100,00 (mil e cem reais) em 2021, observa-se um aumento nominal de R$ 478,00 (quatrocentos e setenta e oito reais) no período de nove anos, mas com esta informação não é possível avaliar o poder de compra dessas pessoas nos dois anos em questão.

Em 2012, Bahia (57,6%), Pernambuco (56,7%) e Piauí (54,5%) apresentaram as maiores razões entre a renda per capita domiciliar das pessoas caracterizadas como nem nem em relação ao salário mínimo vigente. Maranhão (42,4%), Ceará (45,0%) e Alagoas (45,8%) apresentaram os menores valores. Esse indicador expressa a renda per capita domiciliar das pessoas que são nem nem relativa

ao salário mínimo vigente e, isoladamente, não permite analisar o número de pessoas ocupadas no domicílio (Tabela 3).

Em 2021, as maiores razões foram observadas no Rio Grande do Norte (55,8%), na Paraíba (49,4%) e na Bahia (48,0%); as menores ocorreram no Maranhão (32,8%), em Pernambuco (34,8%) e em Sergipe (37,3%). Pernambuco apresentou a maior redução do indicador, de 56,7% para 34,8%, correspondente a -38,7% (Tabela 3).

Entre os nove estados, apenas o Rio Grande do Norte apresentou variação percentual positiva do indicador (9,8%); a Paraíba permaneceu praticamente estável (-0,1%), e os demais estados registraram reduções entre -6,3% e -38,7%. Portanto, os resultados indicam redução da renda *per capita* domiciliar relativa ao salário mínimo na maior parte da região (Tabela 3).

A redução da renda relativa ao salário mínimo em grande parte dos estados reforça a necessidade de considerar as condições materiais dos domicílios. A literatura mostra que baixa renda e baixa escolaridade familiar estão associadas a trajetórias nem-nem mais persistentes (Veldman, Van Zon e Bültmann, 2024). No Brasil, Vasconcelos *et al.* (2017) identificaram que a proteção de renda do Bolsa Família pode reduzir a probabilidade de jovens serem nem-nem. Contudo, o indicador utilizado neste artigo é agregado e não permite avaliar diretamente o efeito de programas sociais ou estabelecer relações causais.

A tabela 4 apresenta a distribuição da proporção de jovens na condição nem nem por estado e raça/cor da pele no ano de 2012 e 2021 com suas respectivas variações percentuais.

ISSN: 2177-3246

Tabela 4. Proporção da condição Nem Nem por raça/cor da pele com base nos anos de 2012 e 2021, nos estados que compõem a região Nordeste do Brasil.

ESTADO		AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2012	BRA	19,5	17,3	25,9	17,4	32,1	26,2	17,2	34,7	20,7
	PT	4,1	12,8	2,7	9,0	3,5	6,1	6,4	3,4	8,0
	AM	0,3	0,4	0,1	0,2	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0
	PA	76,1	69,0	71,3	73,4	62,1	66,9	76,4	61,8	71,3
	IN	0,0	0,4	0,1	0,0	2,4	0,6	0,0	0,2	0,0
2021	BRA	25,8	17,2	23,0	14,7	29,2	30,7	18,9	38,0	22,2
	PT	6,1	17,08	6,5	9,6	6,2	5,6	7,1	9,4	9,4
	AM	0,2	0,2	0,2	0,1	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1
	PA	67,6	64,7	69,7	74,9	63,7	62,3	74,0	52,5	68,3
	IN	0,3	0,1	0,6	0,7	0,6	0,8	0,0	0,0	0,0
VARIAÇÃO (%)	BRA	32,1	-0,7	-11,1	-15,4	-8,8	17,1	10,1	9,5	6,9
	PT	48,8	38,7	146,2	6,3	79,1	-8,4	10,6	176,1	18,0
	AM	-38,5	-46,5	72,7	-28,0	-	117,9	-	-	-
	PA	-11,1	-6,2	-2,2	2,0	2,7	-6,8	3,2	-14,9	-4,2
	IN	-	-85,1	198,3	-	-73,5	51,1	-	-100,0	-

1 - Para o cálculo da Variação o ano base foi 2012. 2 - No ano de 2021 foram contabilizadas 0,5% de subregistro em relação a variável raça/cor. 3 - No processo de construção da tabela, foi utilizado siglas para se referir ao marcador interseccional raça/cor: (BRA) referente a brancos, (PT) a pretos, (AM) a amarelos, (PA) a pardos e (IN) a indígenas, também foi utilizado siglas para se referir aos estados da região Nordeste: (AL) Alagoas, (BA) Bahia, (CE) Ceará, (MA) Maranhão, (PB) Paraíba, (PE) Pernambuco, (PI) Piauí, (RN) Rio Grande do Norte e (SE) Sergipe.
Fonte: PNAD. Dados processados pelos autores.

Em 2012, as pessoas autodeclaradas pardas constituíram a maior parcela dos jovens nem-nem em todos os estados, com percentuais entre 61,8% e 76,4%. Os maiores valores ocorreram no Piauí (76,4%), Alagoas (76,1%), Maranhão (73,4%) e Ceará e Sergipe (71,3% em ambos). Entre as pessoas pretas, a Bahia apresentou a maior participação (12,8%), seguida por Maranhão (9,0%), Sergipe (8,0%) e Piauí (6,4%). A participação das pessoas brancas variou de 17,2% no Piauí a 34,7% no Rio Grande do Norte. As categorias amarela e indígena apresentaram percentuais reduzidos, variando, respectivamente, de 0,0% a 0,4% e de 0,0% a 2,4% (Tabela 4).

Em 2021, as pessoas pardas permaneceram como o grupo de maior participação em todos os estados, com percentuais entre 52,5% no Rio Grande do Norte e 74,9% no Maranhão. Entre as pessoas pretas, os maiores percentuais ocorreram na Bahia (17,1%), no Maranhão (9,6%) e no Rio Grande do Norte e em Sergipe (9,4% em ambos). Entre as pessoas brancas, o maior percentual foi registrado no Rio Grande do Norte (38,0%), seguido por Pernambuco (30,7%) e Paraíba (29,2%) (Tabela 4).

Os resultados apresentados descrevem a composição racial do grupo nem-nem, mas também refletem a estrutura demográfica dos estados analisados. Portanto, não permitem, isoladamente, estimar desigualdades raciais no risco de pertencer a esse grupo. Para essa finalidade, seriam necessários denominadores populacionais específicos para cada grupo racial, além da aplicação de modelos estatísticos ajustados por fatores como renda, escolaridade, gênero e território. Assim, a maior participação de pessoas pardas deve ser interpretada considerando tanto a composição racial da população nordestina quanto as desigualdades sociais e econômicas historicamente acumuladas.

A trajetória juvenil está sempre atrelada aos marcadores sociais como classe, raça, gênero, território e como os dados apresentados não demonstram, isoladamente, que pessoas pardas possuam maior probabilidade individual de serem nem-nem; eles indicam a necessidade de análises interseccionais com medidas de prevalência específicas. É também um tema que merece uma abordagem sobre quem é o pardo no Brasil, segundo o IBGE pardos são descendentes de pessoas pretas e brancas, pretas e indígenas, branca e indígena, ou seja, de diferentes origens raciais e negros no nosso país são pretos e pardos. Neste cenário, precisamos considerar que em um país estruturalmente racista, discorrer sobre essa categoria intermediária parda demanda reflexões complexas que envolvem processos intersubjetivos, sócio-históricos, políticos-ideológico (Costa;Schuman 2022).

As informações apresentadas até aqui possibilitam uma análise interseccional e contribuem para explicar a complexidade das experiências dos jovens. Condicionantes estruturais como raça, gênero e território compõem a estrutura de oportunidades da juventude e desnaturalizam a condição juvenil, assim estar fora da escola e do trabalho, espaços importantes de integração social, não é uma deliberação isolada e individual.

Os resultados das tabelas 2 e 4 evidenciam diferenças na composição por gênero/sexo e raça/cor. A tabela 5 complementa essa análise ao apresentar a tendência das séries temporais das proporções de jovens na condição *Nem Nem* em cada estado da região Nordeste de 2012 a 2021.

Tabela 5. Comportamento da proporção Nem Nem nos estados da região Nordeste, 2012 a 2021.

ESTADO	MÉDIA (%)	DP	CV (%)	VPA	p-valor
AL	26,1	2,0	7,8	1,8	0,005
BA	17,9	1,7	9,4	2,4	0,001
CE	22,3	1,6	7,1	0,5	0,520
MA	25,1	2,5	10,1	2,7	0,007
PB	22,2	2,3	10,6	3,0	0,003
PE	21,2	1,9	9,0	0,2	0,848
PI	20,5	2,2	10,6	2,2	0,007
RN	20,6	1,2	5,7	0,2	0,637
SE	18,1	1,6	8,7	0,6	0,593

1 - DP = desvio-padrão; CV = coeficiente de variação relativa, calculado por CV = (DP/média) × 100; VPA = variação percentual anual estimada por regressão de Prais-Winsten. 2 - p-valor < 0,05 indica tendência estatisticamente significativa. 3 - Siglas: AL = Alagoas; BA = Bahia; CE = Ceará; MA = Maranhão; PB = Paraíba; PE = Pernambuco; PI = Piauí; RN = Rio Grande do Norte; SE = Sergipe.
Fonte: PNAD. Dados processados pelos autores.

Ao analisar o comportamento da condição *Nem Nem* nos estados da região Nordeste entre anos 2012 e 2021, Alagoas (26,1%), Maranhão (25,1%) e Ceará (22,3%) apresentaram as três maiores médias da proporção; Bahia (17,9%), Sergipe (18,1%) e Piauí (20,5%), as três menores. Quanto ao coeficiente de variação, Piauí e Paraíba (10,6% em ambos) e Maranhão (10,1%) apresentaram os maiores valores, enquanto Rio Grande do Norte (5,7%), Ceará (7,1%) e Alagoas (7,8%) apresentaram os menores, sendo que as maiores variações relativas em torno da média do período foram registradas na Paraíba e Piauí (CV=10,6% para ambos) e as menores no Rio Grande do Norte (CV=5,7%) e Ceará (CV=7,1) (Tabela 5).

A análise da VPA indicou tendência crescente e estatisticamente significativa em Alagoas (VPA = 1,8%; p = 0,005), Bahia (2,4%; p = 0,001), Maranhão (2,7%; p = 0,007), Paraíba (3,0%; p = 0,003) e Piauí (2,2%; p = 0,007). Ceará (0,5%; p = 0,520), Pernambuco (0,2%; p = 0,848), Rio Grande do Norte (0,2%; p = 0,637) e Sergipe (0,6%; p = 0,593) foram classificados como sem tendência, segundo o modelo adotado. A Paraíba apresentou a maior VPA e estatisticamente significativa, de 3,0% ao ano (Tabela 5).

A heterogeneidade observada nas tendências estaduais reforça a importância de análises desagregadas por estado. Em contexto distinto, Bruno, Marelli e Signorelli (2014) identificaram a persistência do fenômeno nem-nem e comportamentos diferenciados de suas taxas entre as regiões, evidenciando que indicadores nacionais agregados podem ocultar importantes dinâmicas territoriais. Embora a comparação seja estritamente conceitual, devido às diferenças de período, população e métodos empregados, os resultados reforçam a necessidade de que as políticas públicas considerem as particularidades econômicas, sociais e institucionais de cada estado.

5 CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam que a condição nem-nem apresentou configurações distintas entre os estados nordestinos no período analisado. As mulheres constituíram a maioria do grupo em 2012 e 2021, embora sua participação tenha diminuído na maior parte dos estados, identifica-se aqui como a desigualdade de gênero opera para determinar a trajetória de educação e trabalho dos jovens, pois essas jovens mulheres estão envolvidas no trabalho do cuidado, muitas deixaram de estudar ou trabalhar para cuidar de um filho, da mãe e estão trabalhando para reprodução social da família.

Na composição por raça/cor, as pessoas pardas apresentaram a maior participação nos dois anos, seguidas, em geral, por pessoas brancas e pretas. Esse predomínio deve ser analisado juntamente com a estrutura demográfica regional e como já abordamos aqui pardo segundo o IBGE pode também ser o negro no Brasil, que tem como característica o racismo de marca, daí a complexidade da temática que pode ser desenvolvida em outras pesquisas de cunho quali/quanti. A avaliação de desigualdades raciais de risco requer proporções calculadas dentro de cada categoria racial e modelos capazes de considerar simultaneamente gênero, renda, escolaridade e território.

Quanto ao comportamento temporal, Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba e Piauí apresentaram crescimento anual estatisticamente significativo. Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe não apresentaram tendência linear significativa segundo o modelo adotado. Entre os nordestinos Paraíba registrou a maior VPA significância estatística ($p\text{-valor}<0,05$), estimada pontual de 3,0% ao ano.

O estudo possui limitações decorrentes do uso de dados agregados, da comparação descritiva entre os anos extremos e da ausência de modelos individuais conjuntos para gênero/sexo, raça/cor, renda e escolaridade. Por isso, os resultados não permitem estabelecer causalidade nem atribuir a condição nem-nem a um único marcador social.

Apesar dessas limitações, a análise evidencia que políticas voltadas à juventude precisam considerar a condição juvenil sempre que possível condicionada pela raça/cor da pele, gênero, território, classe para compreender os processos de permanência escolar e transição para o trabalho. A resposta ao fenômeno deve reconhecer a heterogeneidade das trajetórias juvenis e evitar interpretações que responsabilizem exclusivamente os indivíduos por barreiras produzidas social e institucionalmente.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. Luci; PAULO, E. Mascarenhas; REIS, Tiago Siqueira. Pandemia, trabalho e juventude no Norte e Nordeste do Brasil. Teoria e Cultura Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, ISSN: 2318-101x , v. 20, n. 2, 2025.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; CARDOSO, Maria Regina Alves. Uso da análise de séries temporais em estudos epidemiológicos. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 24, n. 3, p. 565-576, 2015. DOI: 10.5123/S1679-49742015000300024.

BRUNO, Giovanni S. F.; MARELLI, Enrico; SIGNORELLI, Marcello. The rise of NEET and youth unemployment in EU regions after the crisis. Comparative Economic Studies, v. 56, p. 592-615, 2014. DOI: 10.1057/ces.2014.27.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? Revista Brasileira de estudos Brasileiros. São Paulo, v. 23, n. 2, p 331-335, jul/dez, 2006.

BYNNER, John; PARSONS, Samantha. Social exclusion and the transition from school to work: the case of young people not in education, employment, or training (NEET). Journal of Vocational Behavior, v. 60, n. 2, p. 289-309, 2002. DOI: 10.1006/jvbe.2001.1868.

CARCILLO, Stéphane; FERNÁNDEZ, Rodrigo; KÖNIGS, Sebastian; MINEA, Andreea. NEET youth in the aftermath of the crisis: challenges and policies. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, n. 164. Paris: OECD Publishing, 2015. DOI: 10.1787/5js6363503f6-en.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, 2013.

CASTILHO, Marta;MELO, Hildete Pereira de. Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz?. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 13(1): 135-158, jan./abr. 2009

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORROCHANO, Maria Carla. O trabalho e sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. 2008. 87 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Eliane Silva; Schucman, Lia Vainer. Identidades, Identificações e Classificações Raciais no Brasil: O Pardo e as Ações Afirmativas. In Estudos e Pesquisas em Psicologia Rio de Janeiro v. 22 n. 2 p. 466-484, 2022.

FOX, John. The R Commander: a basic-statistics graphical user interface to R. Journal of Statistical Software, v. 14, n. 9, p. 1-42, 2005. DOI: 10.18637/jss.v014.i09.

FOX, John; WEISBERG, Sanford. An R companion to applied regression. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2011.

GUTIÉRREZ-GARCÍA, Raúl A.; BENJET, Corina; BORGES, Guilherme; MÉNDEZ RÍOS, Enrique; MEDINA-MORA, María Elena. Emerging adults not in education, employment or training (NEET): socio-demographic characteristics, mental health and reasons for being NEET. BMC Public Health, v. 18, art. 1201, 2018. DOI: 10.1186/s12889-018-6103-4.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. Gênero, Tecnologia e Trabalho: Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho – Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho. Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, 1998.

HUTCHINSON, Jo; BECK, Vanessa; HOOLEY, Tristram. Delivering NEET policy packages? A decade of NEET policy in England. Journal of Education and Work, v. 29, n. 6, p. 707-727, 2016. DOI: 10.1080/13639080.2015.1051519.

JESUS, Samuel José Amaral de; RIBAS JÚNIOR, Nilton Souza; SILVA FILHO, Aloisio Machado da; ARAÚJO, Edna Maria de. Sífilis e HIV/aids nas Regiões Administrativas do Brasil: um desafio à Saúde Coletiva. Revista Caderno Pedagógico, Curitiba, v. 22, n. 11, p. 1-28, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n11-016.

KANG, Chungseo; YOUN, Minjong. Bridging the gender gap in NEET risk: institutional influences on NEET status in different age groups. SAGE Open, v. 14, n. 4, p. 1-15, 2024. DOI: 10.1177/21582440241294126.

PRAIS, Sigbert J.; WINSTEN, Christopher B. Trend estimators and serial correlation. Chicago: Cowles Commission, 1954. Cowles Commission Discussion Paper, n. 383.

RALSTON, Kevin; EVERINGTON, Dawn; FENG, Zhiqiang; DIBBEN, Chris. Economic inactivity, not in employment, education or training (NEET) and scarring: the importance of NEET as a marker of long-term disadvantage. Work, Employment and Society, v. 36, n. 1, p. 59-79, 2022. DOI: 10.1177/0950017020973882.

SILVA JUNIOR, Paulo Roberto da; MAYORGA, Claudia. Jovens nem nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. São Paulo, n. 23, ano 7, p. 10-23, 2019.

SOUSA, Taíze da Silva; SILVA, Neilon Duarte da; SILVA FILHO, Aloisio Machado da. Análise espaço-temporal das áreas de remanescentes florestais em Feira de Santana: influências sobre a estrutura térmica do município. Revista Brasileira de Climatologia, Dourados, v. 34, p. 104-133, 2024.

SUSANLI, Z. Bilgen. Understanding the NEET in Turkey. Eurasian Journal of Economics and Finance, v. 4, n. 2, p. 42-57, 2016. DOI: 10.15604/ejef.2016.04.02.004.

TILLMANN, Eduardo; COMIM, Flavio. Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração nem-nem. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 46, n. 2, p. 47-78, 2016.

VASCONCELOS, Andressa Mielke; RIBEIRO, Felipe Garcia; GRIEBELER, Marcelo de Carvalho; CARRARO, André. Programa Bolsa Família e geração “nem-nem”: evidências para o Brasil. Revista Brasileira de Economia, v. 71, n. 2, p. 233-257, 2017. DOI: 10.5935/0034-7140.20170012.

VELDMAN, Karin; VAN ZON, Sander K. R.; BÜLTMANN, Ute. Once in NEET, always in NEET? Childhood and adolescent risk factors for different NEET patterns. European Journal of Public Health, v. 34, n. 3, p. 505-510, 2024. DOI: 10.1093/eurpub/ckae025.

ZUDINA, Anna A. What makes youth become NEET? The evidence from Russian LFS. Basic Research Program Working Papers, WP BRP 177/EC/2017. Moscow: National Research University Higher School of Economics, 2017. DOI: 10.2139/ssrn.3060295.